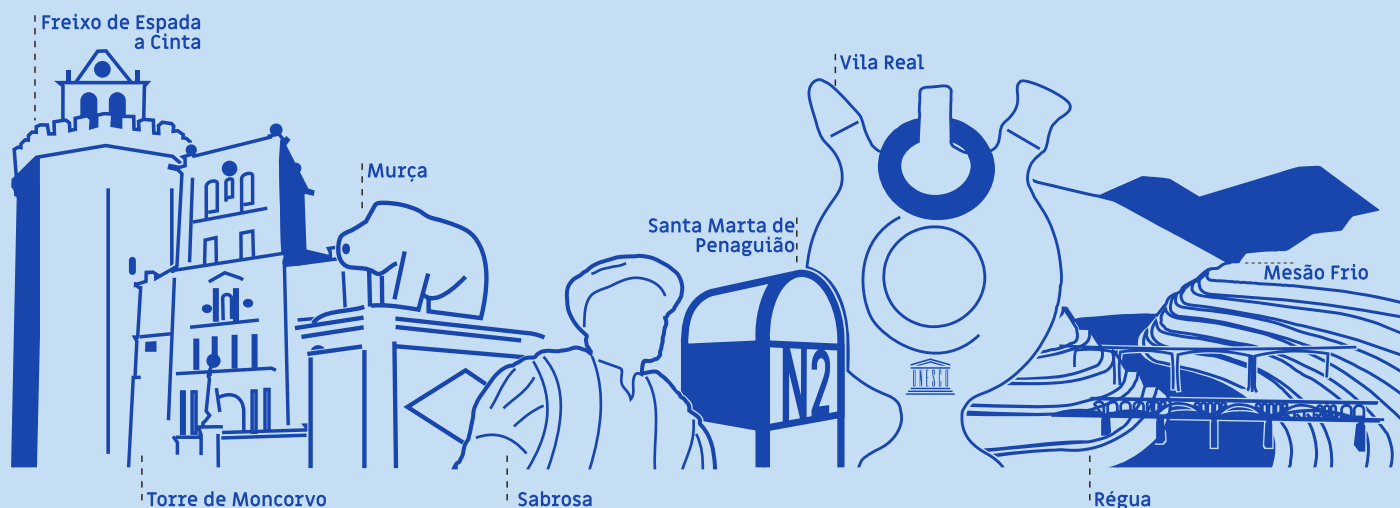




Águas
do interior norte

Relatório e Contas de 2024



A água que nos liga...

Amelia,
W.
→



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

O tempo veio dar razão aos Municípios que tomaram a decisão corajosa e estratégica de constituir uma empresa intermunicipal para a gestão dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Sabia-se, à data, que esta não seria uma decisão simples nem isenta de desafios — exigia visão, compromisso e responsabilidade. Hoje, com o encerramento do primeiro quinquénio de atividade da Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A., é possível afirmar, com segurança, que essa decisão resultou numa evolução positiva, sustentada e visível na qualidade dos serviços prestados às populações dos concelhos acionistas.

Através de uma estratégia firme de investimento e reorganização técnica, a AdIN alcançou melhorias concretas e mensuráveis no desempenho dos sistemas sob sua gestão. A reabilitação das infraestruturas de tratamento, aliada à construção de novas Estações de Tratamento de Águas Residuais, permitiu uma melhoria significativa da qualidade das massas de água, assegurando o cumprimento dos parâmetros de descarga e reforçando a proteção ambiental, em linha com as diretrizes nacionais e europeias.

Este progresso técnico e ambiental tem vindo a ser acompanhado pela melhoria efetiva do serviço prestado aos cidadãos, reconhecida nos indicadores públicos de qualidade. A redução sustentada das perdas de água, o aumento da fiabilidade da rede, a regularização das pressões, e a diminuição do número de falhas são reflexo direto dos investimentos realizados e da maturidade técnica entretanto alcançada. Estes resultados constituem uma resposta clara e positiva à confiança que os municípios depositaram neste projeto comum.


Importa também salientar que, embora se tenha verificado um acréscimo das tarifas, este corresponde à aplicação de preços ajustados ao custo real dos serviços prestados, promovendo a sustentabilidade financeira do sistema e incentivando um consumo racional de um recurso escasso e essencial como a água. Esta política tarifária tem como fundamento a justiça intergeracional e a valorização do serviço público, assegurando a continuidade, qualidade e eficiência da sua prestação.

O encerramento deste primeiro ciclo de cinco anos deixa claro que o esforço feito pelos municípios foi recompensado com resultados concretos: melhor qualidade de serviço, maior eficiência, sustentabilidade ambiental e uma estrutura de gestão que responde com profissionalismo às exigências do setor. O caminho não termina aqui — mas os resultados já alcançados são motivo de confiança no futuro da AdIN, e motivo de satisfação para todos os que participaram, e participam, neste projeto intermunicipal que já hoje é uma referência.

Torre de Moncorvo, 2025.03.31

A Assembleia Geral

Presidente,



(José Carlos de Sá Meneses)



Handwritten signature
11
↓

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A. (AdIN) foi constituída por escritura pública em 15 de novembro de 2019, tendo como acionistas os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real. Desde a sua criação, foi-lhe confiada a gestão dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais nestes concelhos, assumindo a responsabilidade de garantir um serviço público essencial à qualidade de vida, à proteção ambiental e ao desenvolvimento regional.

O ano de 2024 representa o encerramento do primeiro quinquénio de atividade da AdIN, um período marcado por uma profunda transformação estrutural no setor da água e saneamento no território abrangido. Nestes cinco anos, a empresa promoveu um elevado volume de investimento em infraestruturas e equipamentos, modernizou sistemas, melhorou a eficiência da operação e contribuiu ativamente para a melhoria da qualidade das massas de água e da saúde pública. Foram remodeladas e construídas várias ETAR, reabilitadas condutas de distribuição e iniciadas ações de reabilitação de reservatórios, a par da instalação de tecnologia de monitorização e controlo.

A evolução dos indicadores de qualidade do serviço, divulgados pela ERSAR, confirma o impacto positivo destas medidas. Destaca-se, entre outros, a redução sustentada do volume de água não faturada, reflexo de uma efetiva melhoria da eficiência técnica da empresa. No que respeita à qualidade da água distribuída, a manutenção do indicador “Água Segura” dentro da classificação de “Qualidade de Serviço Boa” ao longo de todo o exercício comprova o compromisso da AdIN com a segurança e confiança dos consumidores. Realce ainda para a obtenção, em 2024, da certificação ISO 9001 (Gestão da



FOTO 1 - RESERVATÓRIO DE TOJAIS

Qualidade) e ISO 14001 (Gestão Ambiental), abrangendo todas as áreas geográficas servidas pela empresa, constituindo um marco de excelência e maturidade organizacional.

Estes progressos foram alcançados num contexto particularmente desafiante, marcado pelos efeitos prolongados da pandemia da COVID-19, pelos impactos da guerra na Ucrânia e pelas perturbações associadas ao aumento de custos e à incerteza nos mercados. A superação destes desafios não teria sido possível sem o empenho, a competência e a dedicação dos trabalhadores da AdIN, cuja entrega diária foi fundamental para o caminho percorrido. O Conselho de Administração expressa igualmente o seu agradecimento aos Municípios acionistas, pela confiança depositada e pelo apoio firme à missão da empresa.

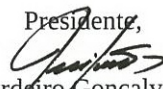


Com base na solidez financeira, na melhoria contínua dos serviços prestados e no reforço da sustentabilidade ambiental, a AdIN renova a sua confiança no futuro, reafirmando o seu compromisso com um serviço público moderno, eficiente, socialmente justo e ambientalmente responsável, ao serviço das populações e dos territórios que representa.

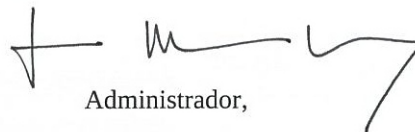
Vila Real, 2025.03.31

O Conselho de Administração

Presidente,



(Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos)



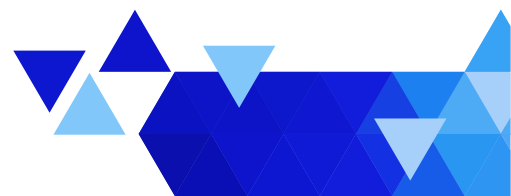
Administrador,

(José Manuel Gonçalves)



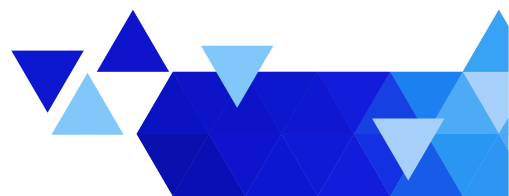
Administrador,

(Maria Helena Marques Pinto da Lapa)



ÍNDICE

PRINCIPAIS DADOS / INDICADORES DA EMPRESA	3
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	5
ANÁLISE GLOBAL	7
ATIVIDADE DA ADIN	9
A. ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	9
B. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	11
E. ESTRUTURA ORGANIZATIVA	13
F. RECURSOS HUMANOS/BALANÇO SOCIAL.....	14
G. INVESTIMENTO E COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	14
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	16
A. BALANÇO.....	16
B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	18
C. RESULTADOS	19
D. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS.....	20
DÍVIDAS DE IMPOSTOS EM MORA.....	21
OUTRAS INFORMAÇÕES	23
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	25
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	27
A. BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.....	28
B. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	30
C. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	31
D. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 32	
E. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - PERÍODO DE 2024	34
F. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - PERÍODO DE 2023	36
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.....	38
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	57
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	61





Concelhos Integrantes



Handwritten signature and initials

PRINCIPAIS DADOS / INDICADORES DA EMPRESA



Abastecimento de água

- 140 captações
- 32 elevatórias
- 239 reservatórios
- 1.447 km de rede de distribuição



Saneamento de águas residuais

- 193 estações elevatórias
- 674 km de rede de drenagem
- 75 ETAR's

8 Municípios
105.410 habitantes

Amir /
u.
→



COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Assinatura
u.
↓

Assembleia Geral

Presidente

José Carlos de Sá Meneses

Secretário

Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva

Conselho de Administração

Presidente

Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos

Vogais:

José Manuel Gonçalves

Maria Helena Marques Pinto da Lapa

Fiscal Único:

RCVM Auditores – Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo & Associado, SROC, Lda., Representada por Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo



ANÁLISE GLOBAL

A Águas do Interior Norte, EIM, SA., (AdIN) é uma empresa local, constituída pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça; Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real, com o objetivo de proceder à gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Trata-se de uma empresa local, de gestão de serviços de interesse geral, de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e independência orçamental. A AdIN é assim uma pessoa coletiva de direito público que se rege pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e subsidiariamente pelo Regime do Setor Empresarial do Estado, aprovado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A empresa tem como objeto social “a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social”.

A AdIN tem como missão “assegurar a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, de qualidade, salvaguardando o interesse dos consumidores, a sustentabilidade da Entidade Gestora, o respeito pelo Ambiente, a um preço socialmente justo” e como visão “ser uma entidade de referência regional e nacional no que respeita à prestação de serviços públicos de qualidade, nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais”.

O ano de 2024 marcou um período de consolidação e afirmação da AdIN, quer do ponto de vista operacional, quer em termos de desempenho económico-financeiro e maturidade organizacional. A empresa encerrou o exercício com indicadores positivos de crescimento, estabilidade financeira e reforço da sua capacidade de prestar um serviço público essencial com qualidade e sustentabilidade.

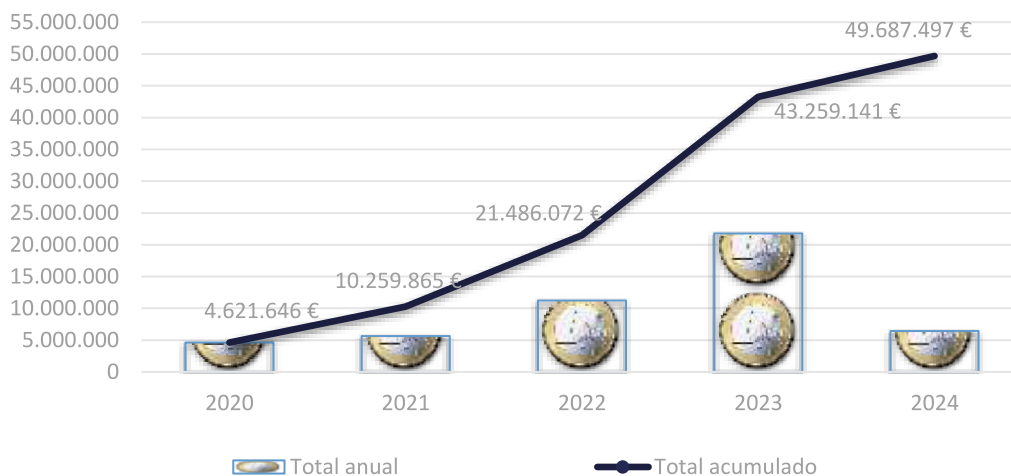


GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO (VALORES EM EUROS)

Do ponto de vista económico-financeiro, a AdIN apresentou uma melhoria significativa dos principais níveis de resultado, com destaque para o resultado líquido, que atingiu 703 mil euros, duplicando face ao exercício anterior. Este desempenho reflete o crescimento dos rendimentos operacionais, o controlo dos principais custos, uma gestão prudente dos riscos e a capacidade de gerar valor num setor caracterizado por elevados níveis de investimento e responsabilidade ambiental. A margem operacional e o resultado

antes de impostos registaram igualmente aumentos expressivos, evidenciando eficiência na gestão corrente e equilíbrio na estrutura de financiamento.

A nível operacional, a empresa prosseguiu o esforço de renovação e modernização das suas infraestruturas, reforçando a resiliência dos sistemas de abastecimento e de saneamento. Destaca-se a entrada em funcionamento de várias ETAR construídas nos últimos anos, bem como a reorientação de efluentes para unidades de tratamento mais eficazes. Em paralelo, foi promovida uma abordagem de gestão preventiva, nomeadamente com a constituição de provisões e reforço de imparidades, assegurando a robustez contabilística da organização.

Um dos marcos institucionais mais relevantes de 2024 foi a obtenção da certificação da empresa ao abrigo das normas ISO 9001 (Qualidade) e ISO 14001 (Ambiente), abrangendo todas as áreas geográficas servidas pela AdIN. Este reconhecimento reflete não apenas o cumprimento rigoroso de requisitos normativos, mas também o compromisso com a melhoria contínua, a satisfação dos utilizadores e a proteção do ambiente, elementos centrais da missão da empresa. Com este passo, a AdIN reforça a sua credibilidade institucional e posiciona-se como uma referência na gestão de serviços de água e saneamento em territórios de baixa densidade.

Em suma, 2024 foi um ano de progresso sólido e estruturado, em que a AdIN demonstrou a sua capacidade de crescer com sustentabilidade, assegurar a qualidade dos serviços prestados e reforçar a confiança dos seus parceiros, clientes e acionistas. A empresa entra no ciclo seguinte com bases financeiras estáveis, processos certificados e uma visão clara de compromisso com a eficiência, a sustentabilidade e a valorização do território.

ATIVIDADE DA ADIN

Assinatura
u.
↓

A Águas do Interior Norte, EIM, S.A. (AdIN) foi constituída por escritura pública em 15 de novembro de 2019, tendo como objeto social a exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e de saneamento de águas residuais dos Municípios participantes no seu Capital Social. Este é um serviço essencial ao bem-estar das populações, com impactos diretos na qualidade de vida e na sustentabilidade ambiental e económica da região.

Desde a sua criação, a AdIN tem orientado a sua atuação pelo compromisso de assegurar a resiliência, a sustentabilidade e a eficiência dos serviços prestados, promovendo uma gestão que permita a disponibilização de água de qualidade e o tratamento adequado das águas residuais, a preços economicamente sustentáveis e em linha com as melhores práticas do setor.

O ano de 2024 assinala o quinto exercício completo de atividade da empresa, encerrando um ciclo marcado por um forte investimento na consolidação da estrutura organizativa, operacional e tecnológica da AdIN. Este esforço permitiu dotar a empresa dos meios adequados ao cumprimento das suas competências, com foco na eficiência, na eficácia e na melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

A. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O serviço de abastecimento de água assegurado pela AdIN assenta numa infraestrutura vasta e complexa, adaptada à diversidade geográfica e às especificidades dos territórios abrangidos. O sistema é constituído por 140 pequenas captações locais, das quais uma parte significativa é mantida como reserva estratégica, ativada apenas em períodos de maior escassez hídrica, garantindo assim a resiliência do serviço.

A rede de distribuição integra 1.447 km de condutas, 239 reservatórios e 32 estações elevatórias, permitindo assegurar o fornecimento de água às populações servidas, mesmo em contextos territoriais e operacionais exigentes. A gestão eficiente deste sistema é essencial para garantir a continuidade do abastecimento e a qualidade da água distribuída, elementos centrais da missão da AdIN.



FOTO 2 - RESERVATÓRIO DE BERTELO

Produção

A produção e tratamento de água para os grandes aglomerados urbanos do norte de Portugal está concessionada pelo Estado à empresa Águas do Norte, S.A., que assegura o fornecimento em alta à empresa. Contudo, nos aglomerados de menor dimensão, a AdIN assegura diretamente o fornecimento de água através de um conjunto de pequenas captações locais, dispersas pelo território. Estas captações são responsáveis por cerca de 10% da água que entra no sistema, desempenhando um papel importante na

Handwritten signature and initials

cobertura de necessidades locais e, em muitos casos, garantindo a autonomia do abastecimento em zonas mais isoladas.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto entidade gestora, a AdIN tem em curso um processo de licenciamento de todas as suas captações de água, em conformidade com a legislação aplicável. Trata-se de uma iniciativa exigente e de grande complexidade técnica e administrativa.

Atualmente, encontra-se em fase final a delimitação dos perímetros de proteção das captações, fase que precede a submissão formal dos pedidos de licenciamento junto da entidade competente. Este processo visa garantir a segurança e a qualidade da água captada, bem como a proteção dos recursos hídricos, em linha com os princípios da gestão sustentável.

Distribuição

A atividade de distribuição de água da AdIN assenta em dois vetores fundamentais: a segurança da água fornecida e a eficiência do serviço prestado. Estes princípios orientam a operação diária da empresa e norteiam os investimentos e as ações de melhoria contínua implementadas ao longo dos últimos anos.

A qualidade da água distribuída é monitorizada de forma rigorosa através do indicador de Água Segura, definido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Este indicador reflete o cumprimento dos parâmetros de qualidade exigidos na legislação em vigor, sendo um referencial essencial para aferir o desempenho das entidades gestoras.

Em 2024 os resultados obtidos pela AdIN mantiveram-se dentro da classificação de "Qualidade Boa", de acordo com os critérios estabelecidos pelo regulador, demonstrando o rigor do Plano de Controlo da Qualidade da Água implementado. Este plano, validado e aprovado pela ERSAR, foi integralmente executado, permitindo uma monitorização contínua e uma atuação célere perante qualquer desvio detetado.

À data de elaboração do presente relatório, o valor final do indicador de água segura ainda não havia sido oficialmente publicado. Contudo, com base na avaliação interna realizada pela AdIN, estima-se que o indicador atinja 99,9%, o que assegura a manutenção de elevados padrões de qualidade da água fornecida às populações servidas.

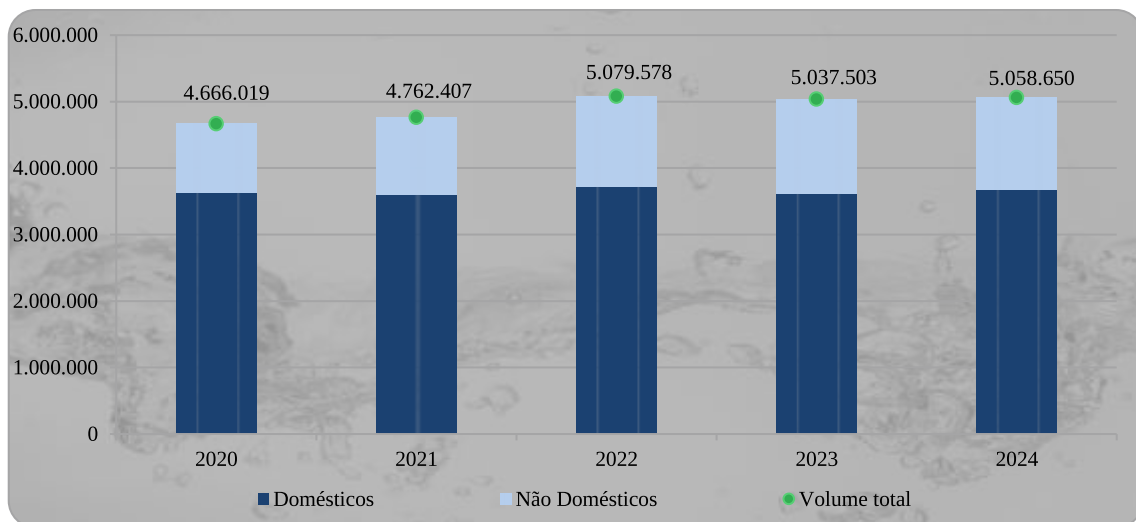


GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA FATURADA (VALORES EM M³)

Handwritten signature and initials

No domínio da eficiência, o principal indicador de desempenho é a percentagem de água não faturada, parâmetro crítico na gestão sustentável dos recursos hídricos. A AdIN tem vindo a implementar um conjunto de investimentos estruturantes, com destaque para a reabilitação de infraestruturas, a modernização tecnológica e o reforço da monitorização da rede, que têm contribuído para uma redução sustentada e consistente deste indicador.

A eficiência acrescida do sistema de abastecimento reflete-se de forma concreta na evolução do volume de água adquirida em alta. Em 2024, registou-se uma redução de 476.884 m³ neste volume, face ao período homólogo, o que evidencia o impacto positivo das medidas de controlo e racionalização adotadas. No total, foram adquiridos 6.885.431 m³ de água, com uma gestão mais eficiente que permitiu reduzir perdas e otimizar recursos. Também nas zonas abastecidas por produção própria de água, a tendência de melhoria manteve-se, com destaque para a redução do volume de água não faturada. A empresa atingiu uma percentagem global de água não faturada em torno dos 29%, cumprindo os objetivos traçados para o ano de 2024.

Durante o ano de 2024, a AdIN forneceu um total de 5.058.650 m³ de água, o que representa um ligeiro acréscimo de 0,42% face ao consumo registado em 2023. Este crescimento, ainda que moderado, reflete a estabilidade do consumo nos territórios servidos.

No final de 2024, a AdIN contabilizava 62.385 clientes de abastecimento de água. Verificou-se uma redução no número de clientes face ao período homólogo, resultado direto do processo de rescisão de contratos com dívidas mais antigas.

B. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais desempenham um papel crucial na preservação do ambiente, na proteção da saúde pública e na melhoria da qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas. A ausência de rede pública de drenagem obriga muitas populações a recorrerem à utilização de fossas sépticas individuais, frequentemente construídas sem os devidos requisitos técnicos, o que representa um risco ambiental e sanitário significativo.

As escorrências provenientes destas soluções autónomas, frequentemente mal dimensionadas ou mal mantidas, podem dar origem à contaminação de solos e aquíferos, tornando-se focos de poluição difusa com consequências diretas para a qualidade da água e para a saúde das populações.

O sistema de saneamento da AdIN é constituído por um conjunto alargado de infraestruturas que inclui:

- 75 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)
- 193 Estações Elevatórias
- 13 km de emissários
- 674 km de rede coletora

Rede de Drenagem de Esgotos

A orografia irregular da região de intervenção da AdIN, marcada por relevo acentuado e significativa dispersão populacional, coloca desafios técnicos e operacionais acrescidos à gestão da rede de drenagem de águas residuais. Em muitos casos, a localização de pequenos aglomerados populacionais, isolados e

Assinatura
u.
↓

com baixa densidade, torna tecnicamente difícil e economicamente inviável a expansão da rede fixa de saneamento até à totalidade do território.

Para colmatar estas limitações e assegurar a equidade no acesso ao serviço de saneamento, a AdIN implementou uma solução complementar de recolha de efluentes através de meios móveis. Este serviço permite a recolha e transporte das águas residuais provenientes de fossas sépticas individuais ou coletivas,

assegurando o seu encaminhamento para tratamento adequado em ETAR. Importa sublinhar que os encargos associados a este serviço móvel são equiparados aos suportados pelas populações servidas por rede fixa, garantindo assim tratamento igualitário entre utilizadores, independentemente da localização.



FOTO 3 - ETAR DE MEMBRANAS

No final do ano de 2024, a AdIN contabilizava 50.050 utilizadores do serviço de saneamento de águas residuais, valor que representa uma ligeira redução face ao número registado em igual período de 2023. Esta variação está associada a processos de regularização de contratos, refletindo o esforço da empresa em garantir uma gestão rigorosa e atualizada dos serviços prestados.

Estações de Tratamento e Estações Elevatórias de Águas Residuais

No decurso de 2024, a AdIN deu continuidade à sua estratégia de melhoria progressiva da eficiência e eficácia do sistema de saneamento, com especial enfoque na eliminação de infraestruturas que não asseguram o tratamento adequado dos efluentes recolhidos. Neste contexto, entraram em funcionamento várias Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) construídas nos anos anteriores, reforçando a capacidade de resposta do sistema e contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e para o cumprimento dos parâmetros legais de descarga.

Este esforço de reorganização e reforço do sistema traduziu-se, em 2024, na obtenção de um número elevado de licenças de descarga, reconhecendo formalmente a conformidade ambiental das infraestruturas em operação e reforçando a credibilidade da empresa junto das entidades reguladoras e licenciadoras.

Um fator externo com impacto relevante na operação do sistema foi o carácter excecionalmente pluvioso do ano de 2024, que se refletiu num acréscimo do volume de efluente tratado em comparação com anos anteriores. Embora a maioria das redes de drenagem geridas pela AdIN tenha tipologia separativa (i.e., separação entre águas residuais e águas pluviais), persistem fenómenos significativos de infiltração de caudais pluviais nas redes, com origem em ligações indevidas, deficiências estruturais ou fragilidades em zonas críticas da rede. Este aumento de caudais tratados representa um encargo operacional acrescido, tanto ao nível do consumo energético como dos custos de operação e manutenção das infraestruturas.

No que respeita ao tratamento dos grandes aglomerados da região, este encontra-se concessionado à empresa Águas do Norte, S.A., que opera em articulação com a AdIN. Em 2024, foram tratados nas infraestruturas da Águas do Norte 4.740.995 m³ de águas residuais, o que representa um acréscimo de 758.944 m³ face a 2023. Este aumento está parcialmente associado à incorporação de caudais provenientes de infraestruturas desativadas ou reconvertidas em estações elevatórias, cujo efluente passou a ser encaminhado para sistemas com capacidade de tratamento adequada. Contudo, a principal razão

Assinatura
u.
↓

para o acréscimo registado prende-se com o elevado volume de precipitação, que teve um impacto direto no aumento dos caudais afluentes às ETAR.

E. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Em 2024 procedeu-se à alteração do organograma da AdIN com a inclusão do Cargo de Diretor Executivo. A estrutura orgânica em vigor permite dotar a entidade de uma estrutura flexível e dinâmica que assegura a gestão eficaz dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respondendo de forma eficiente e atempada às necessidades dos clientes/utilizadores. A organização da empresa está resumida no seguinte organograma.

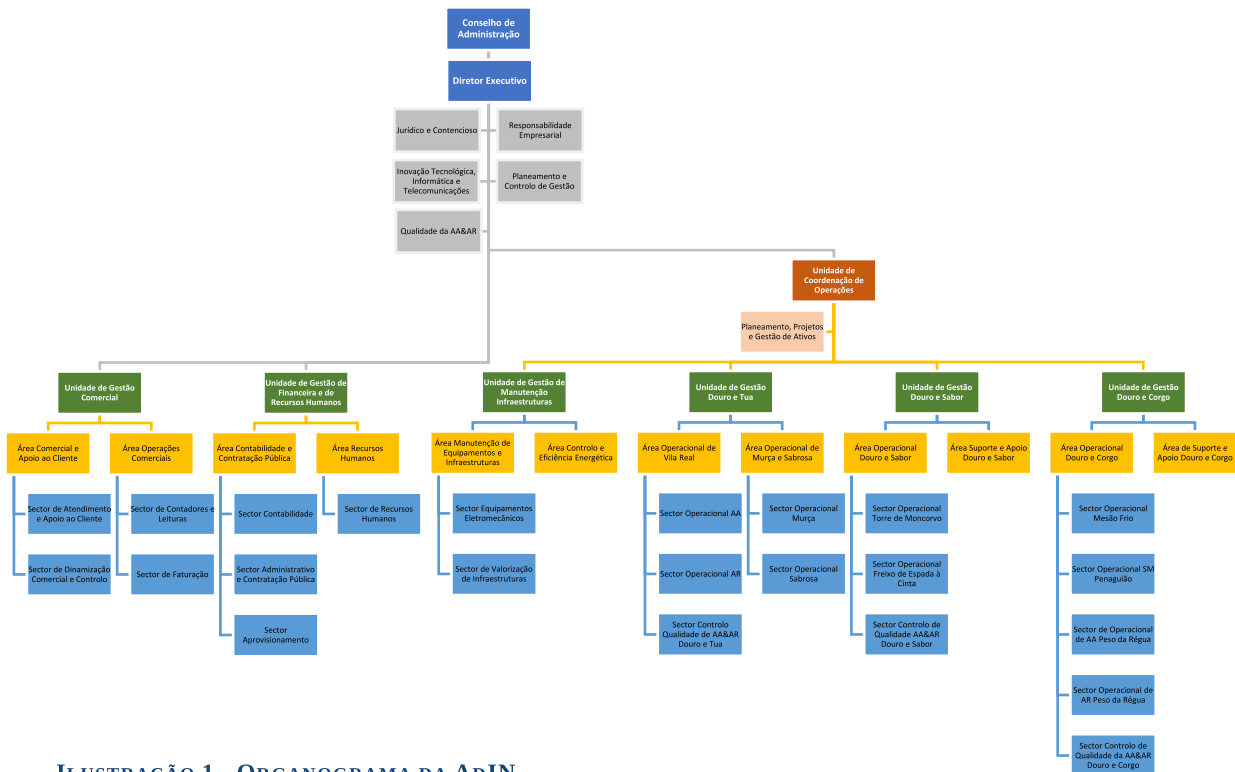


ILUSTRAÇÃO 1 - ORGANOGAMA DA ADIN

Os trabalhadores que compõem o quadro de recursos humanos da empresa transitaram dos Municípios acionistas e da EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real, EM, SA. Juntamente com estes recursos transitaram também as diferentes formas de operar os sistemas. Numa ótica de partilha das melhores práticas procedeu-se à uniformização de procedimentos adotando as melhores práticas em vigor. Os processos e procedimentos foram devidamente documentados e implementados tendo em vista a extensão a toda a área de atividade da empresa da certificação ao abrigo das normas ISO 9001 e ISO 14001. Este processo dotará a empresa de uma melhor organização, melhor conhecimento organizacional, maior motivação e maior envolvimento dos colaboradores que confluirão para uma melhoria do seu desempenho global.

Handwritten signature and initials

F. RECURSOS HUMANOS/BALANÇO SOCIAL

No final do ano a empresa contava com 179 trabalhadores, maioritariamente na faixa etária dos 40 aos 59 anos de idade e em que predominam as habilitações até ao 9.º ano de escolaridade.

Os trabalhadores da AdIN transitaram dos Municípios e da EMARVR (no caso de Vila Real), conforme quadro resumo abaixo:

	Contrato Sem Termo	Contrato Termo Certo	CTFP - Cedência Interesse Público	Total Geral
Freixo Espada á Cinta	4		1	5
Mesão frio	6		1	7
Murça	9	1	3	13
Peso Régua	21	3	4	28
Sabrosa	5	1	3	9
Santa Marta Penaguião	8	1	2	11
Torre Moncorvo	10	1	4	15
Vila Real	56	7	28	91
Total Geral	119	14	46	179

G. INVESTIMENTO E COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

No setor do saneamento básico, o financiamento comunitário assume um papel decisivo na viabilização de investimentos estruturantes, sobretudo em zonas de baixa densidade populacional, como é o caso da área de intervenção da AdIN. A dispersão territorial e a dimensão reduzida de muitos aglomerados implicam custos de investimento por habitante significativamente mais elevados, tornando fundamental o acesso a fundos comunitários para assegurar a equidade no acesso aos serviços essenciais.

A situação inicial das infraestruturas herdadas aquando da constituição da empresa revelou-se, em muitos casos, deficitária em termos de conservação e operacionalidade, exigindo elevados volumes de investimento para garantir condições adequadas de funcionamento e conformidade legal.

Este desempenho é particularmente assinalável tendo em conta o contexto adverso vivido neste período, marcado por situações excecionais como a pandemia da Covid-19, a guerra na Ucrânia e os consequentes constrangimentos nas cadeias de abastecimento e na execução de obra pública. Apesar destes desafios, a AdIN conseguiu manter o rumo traçado, consolidando a sua infraestrutura e reforçando a qualidade dos serviços prestados.

Grande parte dos investimentos realizados beneficiou da aprovação e participação por parte das entidades responsáveis pela gestão dos fundos comunitários, o que constituiu um reconhecimento da qualidade das candidaturas submetidas e da relevância dos projetos propostos. No entanto, subsistem áreas críticas para as quais o financiamento ainda não está assegurado, como é o caso da reabilitação de condutas de abastecimento de água e de reservatórios, cuja concretização será essencial para garantir a continuidade da melhoria dos serviços.

Assinado
u.
↓

Em 2024, a AdIN realizou um investimento de 6.428.357€, elevando para 49.687.497€ o montante total investido nos primeiros cinco anos de existência da empresa. Este esforço permitiu dotar a empresa dos meios técnicos e operacionais necessários à prestação de um serviço de qualidade, assegurado a um preço socialmente aceitável e com elevados padrões de segurança e continuidade.

No mesmo ano, a empresa apresentou uma candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-59, cumprindo o montante previsto no Quadro de Investimentos Prioritários do Norte 2030, instrumento que apoia os investimentos em sistemas de abastecimento e saneamento na região Norte. A candidatura, com um investimento total de 3.883.168,00€, prevê um apoio financeiro de 3.074.747,64€ e beneficiará 676 habitantes das localidades de Adoufe, Borbelinha, Couto, Outeiro, Testeira, Ramadas e Relva.

Para além desta, em 2024, a AdIN submeteu ainda duas candidaturas em regime de overbooking, respeitantes à reabilitação de ETAR e condutas de abastecimento de água que não haviam obtido financiamento anterior. A aprovação destas candidaturas ficará condicionada à disponibilidade financeira dos fundos comunitários, sendo, ainda assim, sinal da persistência e da estratégia ativa da empresa na captação de recursos para investimento público essencial.

Designação da Operação	Tipo de candidatura	Custo Total	Apoio Total
Fecho de Redes de SAR em Vários Lugares do Município de Vila Real	Investimento novo	3.883.168	3.074.747,64
Fecho de sistemas de águas residuais em vários lugares dos Municípios de Murça e Sabrosa	Overbooking	1.123.196	954.717
Substituição da rede de distribuição na EN 108	Overbooking	1.188.848	1.014.718
		6.195.212	5.044.183

A AdIN continuará a renovar e reforçar as suas infraestruturas nos próximos anos, consolidando um sistema mais moderno, eficiente e sustentável, garantindo a qualidade e continuidade dos serviços a médio e longo prazo.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Assinado
W.
↓

A. BALANÇO

O Balanço apresenta a posição financeira da AdIN a 31 de dezembro de 2024, evidenciando o valor dos seus ativos, passivos e capitais próprios. Esta demonstração permite avaliar a solidez financeira da empresa, o grau de autonomia e a sua capacidade de cumprir compromissos no curto e longo prazo.

Em 2024, o ativo total da AdIN registou uma ligeira redução de 0,46%, passando de 115.327.924,90€ em 2023 para 114.796.485,26€, o que corresponde a uma diminuição de 531.439,64€. Esta variação resulta da conjugação entre o aumento do ativo não corrente e a redução do ativo corrente.

O ativo não corrente aumentou 4,9%, situando-se nos 96.595.809,33€, face aos 92.082.140,13€ registados no ano anterior. Este crescimento reflete o esforço de investimento realizado pela empresa ao longo do ano, com especial incidência nos ativos fixos tangíveis, cujo valor cresceu cerca de 4,9 milhões de euros. A importância das infraestruturas no património da AdIN é confirmada pela representatividade do ativo não corrente, que passou a corresponder a 84,1% do total do ativo.

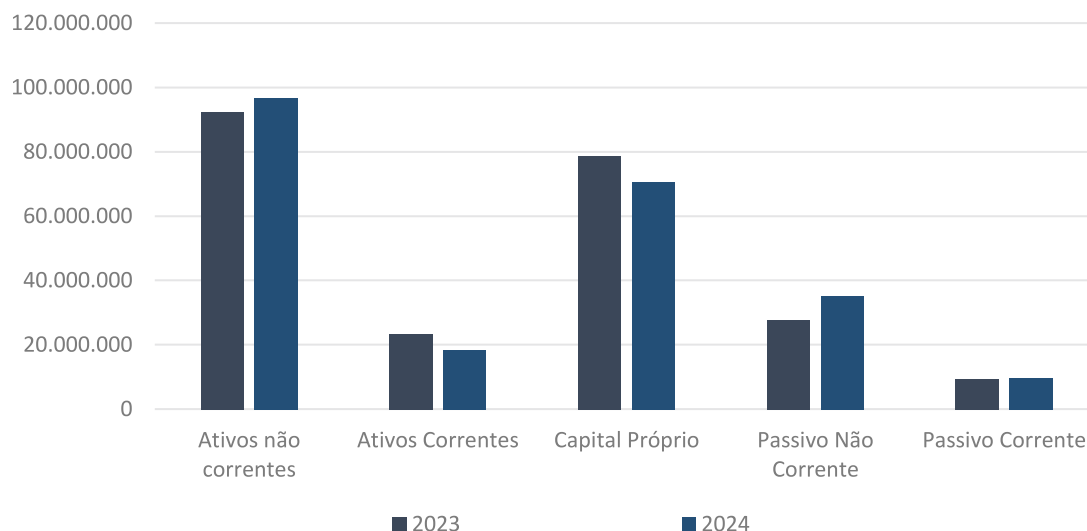


GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO BALANÇO (VALORES EM EUROS)

Por outro lado, o ativo corrente registou uma redução significativa, passando de 23.245.784,77€ para 18.200.675,93€. Esta diminuição está associada, em grande parte, à redução do montante inscrito na rubrica “Outras contas a receber”, consequência direta do encerramento de candidaturas a financiamento e da regularização de saldos anteriores.

Importa ainda destacar que, ao longo de 2024, a AdIN financiou os seus investimentos exclusivamente com recursos próprios e participações comunitárias recebidas, não tendo recorrido a novos financiamentos bancários. Esta opção de autofinanciamento, ainda que positiva do ponto de vista da autonomia financeira, implicou uma redução das disponibilidades da empresa, visível na diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários.

Handwritten signature and initials
u.
→

No final de 2024, os Capitais Próprios da AdIN ascenderam a 70.443.466,24€, registando uma redução de cerca de 10% face ao valor apurado no final de 2023 (78.571.640,53€). Esta diminuição não reflete uma deterioração operacional da empresa, mas resulta essencialmente de ajustes contabilísticos relacionados com subsídios ao investimento.

Em cumprimento da Norma de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) 22 e da norma internacional IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, a empresa procedeu, em 2024, à reclassificação de parte dos subsídios comunitários recebidos, transferindo-os para o passivo sob a forma de passivos por impostos diferidos. Esta reclassificação tem por base o princípio de que, à medida que os subsídios são reconhecidos como rendimento (em paralelo com a depreciação dos ativos participados), devem também ser reconhecidas as correspondentes responsabilidades fiscais futuras, dado que esse rendimento está sujeito a tributação. Neste contexto, foi realizado um ajustamento contabilístico no montante de 7.420.100€, que teve como consequência a redução dos Capitais Próprios e o aumento do passivo não corrente, sem impacto na tesouraria da empresa.



FOTO 4 - ETAR DE TABUADELO

Apesar desta operação pontual, o desempenho económico da AdIN em 2024 foi positivamente assinalável, refletido no resultado líquido do exercício, que atingiu 703.148,24€, representando um aumento de 105% face ao valor registado em 2023 (343.192,84€).

Em 2024, o passivo da AdIN registou um crescimento significativo, atingindo 44.353.019,02€, o que representa um aumento de 21% face ao valor registado em 2023 (36.756.284,37€). Este acréscimo resulta essencialmente de ajustamentos contabilísticos de natureza estrutural e prudencial, com impacto predominante no passivo de longo prazo.

O passivo não corrente aumentou de 27.685.801,92€ para 34.944.506,18€, refletindo sobretudo a regularização contabilística associada à constituição de passivos por impostos diferidos, no valor de 7.420.100€, conforme já referido.

Adicionalmente, o Conselho de Administração decidiu reforçar o montante de provisões, tendo em conta o risco de não cobrança das faturas emitidas em 2024 aos Municípios de Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo, relativas à perda de rendimento resultante da não integração de sistemas em algumas freguesias. Dado o número de processos atualmente em contencioso, e antecipando a possibilidade de desfechos desfavoráveis, foram constituídas provisões adicionais no montante de 700.516€, elevando o total das provisões para 1.347.967,21€ no final de 2024.

Importa ainda referir que, ao longo de 2024, não foram contraídos novos empréstimos, registando-se uma redução dos financiamentos obtidos de longo prazo, exclusivamente em resultado das amortizações programadas que serão liquidadas em 2025.

O passivo corrente aumentou ligeiramente, de 9.070.482,45€ em 2023 para 9.408.512,84€ em 2024, um acréscimo de 338.030€. Este crescimento ocorreu sobretudo nas rubricas de Estado e Outros Entes Públicos e fornecedores.

Handwritten signature and initials
u.
↓

B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em 2024, os rendimentos operacionais da empresa evidenciaram uma evolução positiva face ao ano anterior e ao previsto em orçamento. As vendas ascenderam a 5.551.820€, representando um acréscimo de 4,9% face ao valor registado em 2023. No que respeita às prestações de serviços, que incluem a faturação das tarifas fixas do serviço de abastecimento de água e das tarifas fixas e variáveis do serviço de saneamento de águas residuais, o montante apurado foi de 12.719.984€, o que representa um aumento de 7,7% face a 2023. Esta evolução é explicada, em grande parte, pela atualização tarifária aplicada em 2024, conforme previsto na fórmula constante dos documentos constitutivos da empresa – 3,74% nas tarifas de abastecimento de água e 3,94% nas tarifas de saneamento de águas residuais. Contribuiu também para este desempenho a faturação ao Município de Torre de Moncorvo, relativa à perda de rendimento decorrente da não integração de alguns sistemas de abastecimento de água, respeitante ao período compreendido entre 2020 e o primeiro semestre de 2024. A este respeito importa referir que o Conselho de Administração deliberou não prosseguir com a faturação da perda de rendimento associada à não integração de sistemas enquanto não estiverem concluídos os processos em contencioso, resguardando a posição da empresa até decisão definitiva.

O volume de negócios global totalizou 18.271.804€, o que corresponde a um acréscimo de 1.298.251€ face ao valor apurado em 2023. Comparativamente ao valor estimado em orçamento para 2024, este montante representa um desvio positivo de 7,8%, reforçando a robustez da performance operacional da empresa.

Os subsídios à exploração totalizaram 120.589€, dos quais 102.548€ foram atribuídos pelo Município de Vila Real, no âmbito do Contrato-Programa para a gestão do sistema de drenagem de águas pluviais.

Nos restantes rendimentos e ganhos, a empresa registou 1.386.045€, o que representa um acréscimo de 50% face a 2023. Esta evolução positiva resulta de:

- Transferência do Município de Vila Real de 102.548€ relativos ao contrato de limpeza urbana de 2023, rececionado apenas em 2024;
- Reconhecimento contabilístico de parte das participações comunitárias como rendimento, devido à conclusão das respetivas obras;
- Regularizações e correções relativas a exercícios anteriores, com impacto positivo nos resultados.

Os gastos com custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) ascenderam a 3.827.819€, registando uma redução de 4% face a 2023, apesar do acréscimo das tarifas aplicadas pela "vertente em alta". Comparativamente ao orçamento, este valor ficou 7% abaixo do previsto, refletindo uma gestão eficiente.

Nos fornecimentos e serviços externos (FSE) registou-se um acréscimo de 257.073€, motivado sobretudo pelo aumento dos encargos com o tratamento de efluentes faturados pela Águas do Norte, consequência direta do ano anormalmente pluvioso. No entanto, nas restantes rubricas de FSE apresentaram uma redução global de 34.038€, tendo-se verificado um desvio global de 13% face ao orçamentado.

Os gastos com pessoal atingiram 4.428.773€, representando um acréscimo de 11% face a 2023. Este aumento deveu-se principalmente à regularização de estimativas de anos anteriores e à atualização salarial atribuída à função pública, aplicada de forma transversal à estrutura da empresa.

As depreciações e amortizações aumentaram 12% face ao ano anterior, totalizando 2.034.330€, consequência direta da entrada em funcionamento de novos ativos relacionados com os investimentos concluídos ao longo do ano.

No que respeita a provisões, o Conselho de Administração decidiu reforçar o montante em 700.516€, tendo em consideração:

- Os processos em contencioso ainda em curso, cujo desfecho poderá representar encargos para a empresa;
- A incerteza quanto à cobrança das faturas relativas à perda de rendimento pela não integração de alguns sistemas de freguesia.

As imparidades de dívidas de clientes foram igualmente reforçadas, no montante de 32.086€, refletindo o aumento do risco de incobrabilidade identificado em 2024.

Por fim, os outros gastos totalizaram 347.251€, o que representa um acréscimo de 37.721€ face a 2023, mantendo-se, ainda assim, num valor controlado face à dimensão da atividade.

C. RESULTADOS

O EBITDA registou um crescimento expressivo de 29%, refletindo a evolução positiva dos rendimentos operacionais, nomeadamente nas prestações de serviços e outros rendimentos e ganhos, bem como a redução dos custos com mercadorias. Apesar do acréscimo nos fornecimentos e serviços externos e nos gastos com pessoal, a empresa conseguiu melhorar significativamente a sua capacidade de gerar resultados antes de custos fixos e financeiros, revelando uma melhoria na eficiência operacional da atividade.

O resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) reflete o resultado após considerar depreciações e amortizações, que aumentaram em 2024 em virtude da entrada em funcionamento de novos ativos resultantes do ciclo de investimento. Apesar deste aumento, o resultado operacional cresceu quase 57%, revelando que a expansão do ativo não penalizou a rentabilidade, antes pelo contrário. A empresa demonstrou uma maior capacidade de absorver os encargos com a depreciação, o que reforça a sustentabilidade da estratégia de investimento adotada.

O resultado antes de impostos quase duplicou face ao ano anterior, mesmo após considerar os encargos com juros e outros custos financeiros, que aumentaram cerca de 166.000€.

O resultado líquido duplicou, consolidando um ano de desempenho financeiro positivo. Este crescimento é o reflexo direto da melhoria dos resultados operacionais e da capacidade da empresa em gerir os impactos fiscais e financeiros, mesmo num contexto de reforço de provisões e ajustamentos contabilísticos prudentes.

D. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

A análise dos principais rácios financeiros da AdIN em 2024 evidencia uma evolução positiva da rentabilidade da empresa. A margem operacional situou-se nos 10,1%, refletindo a capacidade da empresa para gerar resultados sustentáveis a partir da sua atividade principal, mesmo considerando o impacto das depreciações associadas aos investimentos realizados.

Do ponto de vista da eficiência, os indicadores confirmam uma estrutura de custos equilibrada. Os gastos com pessoal representaram 24,2% do volume de negócios, um valor controlado tendo em conta a natureza técnica da atividade. Por sua vez, os fornecimentos e serviços externos absorveram cerca de 35,9% dos rendimentos, influenciados sobretudo pelos custos com o tratamento de efluentes faturados pela Águas do Norte, agravados pelas condições climáticas excecionais de 2024. Já a produtividade dos ativos, medida pelo retorno sobre o ativo (ROA), foi de 0,6%, um valor típico para empresas com elevada intensidade de capital, como é o caso da AdIN.

A estrutura financeira da empresa manteve-se robusta, com um rácio de autonomia financeira de 61,4%, indicando que a maior parte dos ativos está financiada por capitais próprios. Este dado revela uma empresa sólida, com baixo grau de dependência de financiamento externo. A análise do passivo mostra ainda que 78,8% das responsabilidades são de médio e longo prazo, o que garante estabilidade na gestão da tesouraria e menor pressão sobre os recursos de curto prazo.

Em resumo, a AdIN encerra o exercício de 2024 com indicadores financeiros equilibrados e consistentes. A rentabilidade evoluiu de forma favorável, sustentada por uma gestão eficiente e pelo controlo dos principais centros de custo. A solidez da estrutura de capital e a baixa exposição ao endividamento reforçam a sustentabilidade financeira da empresa, assegurando as condições necessárias para a continuidade da sua atividade e para a prossecução dos investimentos estratégicos definidos.

[Handwritten signature]
u.
↓

DÍVIDAS DE IMPOSTOS EM MORA

Não existem quaisquer dívidas em mora de impostos, à Segurança Social ou Caixa Geral de Aposentações.



OUTRAS INFORMAÇÕES

[Handwritten signature]
U.
[Arrow]

- Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

- Ações próprias

Não foram adquiridas ações próprias no período.

- Negócios entre a entidade e os seus administradores

Não existiram negócios entre a entidade e os seus administradores.

- Sucursais

Não existem sucursais.

- Objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros

A gestão da AdIN assenta nos seguintes princípios:

- **Satisfação dos Clientes e das Outras Partes Interessadas**

Satisfazer as expectativas e necessidades, que deverá ser procurada de uma forma rigorosa e sistemática, com adequada sensibilização para a qualidade dos serviços prestados.

- **Melhoria Contínua e Inovação**

Aperfeiçoar constantemente os processos e métodos de trabalho, procurando inovar em todas as fases e adotar soluções tecnológicas que assegurem a sustentabilidade económica e ambiental da empresa.

Aumentar a eficiência do Sistema de Gestão, através da revisão periódica e regular da política, dos processos, dos objetivos e das metas, e do desenvolvimento dos recursos humanos, de modo a obter níveis de desempenho cada vez mais elevados e atingir um aperfeiçoamento contínuo e uma inovação constante. Assumir o compromisso de prevenção da poluição, da redução significativa dos riscos, e dos impactes ambientais e sociais inerentes à atividade da empresa, com o envolvimento de todos os colaboradores.

- **Desenvolvimento Sustentável**

Desenvolver as vertentes económicas, social e ambiental, gerindo de forma responsável os recursos e cumprindo toda a legislação e requisitos aplicáveis, assim como todas as expectativas das partes interessadas, fomentando um modelo de negócio que permita o seu desenvolvimento sem prejudicar as necessidades das gerações futuras.

- **Envolvimento dos Colaboradores**

Assegurar as condições de trabalho, formação e atualização adequadas, incentivando e motivando de forma permanente, desenvolvendo as suas atividades com respeito pelo ambiente e pela segurança.

- **Compromissos Sociais**

Respeitar a liberdade e promover a valorização dos colaboradores e das restantes partes interessadas, recusando o trabalho infantil, valorizando a liberdade na relação de trabalho, a liberdade de associação e representação, a igualdade de oportunidades, promovendo a segurança e a higiene, prevenindo a ocorrência de lesões, ferimentos e danos para a saúde, assegurando o recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe os mesmos valores.

- **Comunicação**

Difundir, interna e externamente, a política da empresa, comunicando a sua evolução e concretização, a todas as partes interessadas.

Handwritten signature
u.
↓

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe, nos termos do art. 24º dos Estatutos da Empresa, a seguinte aplicação para os Resultados do período findo em 31 de dezembro 2024, no montante de 703.148,24 euros:

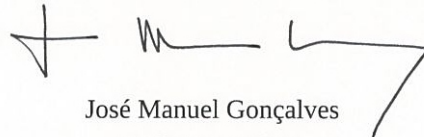
- a) Reservas Legais: 35.157,41 euros;
- b) Resultados Transitados: 667.990,83 euros.

Vila Real, 31 de março de 2025.

O Conselho de Administração



Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos
(Presidente do Conselho de Administração)



José Manuel Gonçalves
(Administrador)



Maria Helena Marques Pinto da Lapa
(Administrador)



Handwritten signature
33
↓

Handwritten signature
u.
↓

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Balanço Individual em 31 de dezembro de 2024
- Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período findo em 31 de dezembro de 2024
- Demonstração Individual dos Resultados por Funções do Período findo em 31 de dezembro de 2024
- Demonstração individual dos fluxos de caixa do Período findo em 31 de dezembro de 2024
- Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período 2024
- Anexo em 31 de dezembro de 2024

Handwritten signature and initials

A. BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

	Notas	31-dez.2024	31-dez.2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	96 547 516,06	92 033 846,86
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	5	48 293,27	48 293,27
Ativos por impostos diferidos	29	0,00	0,00
		96 595 809,33	92 082 140,13
Ativo corrente			
Inventários	6	578 453,02	530 619,13
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes	7	6 222 871,13	6 570 961,52
Estado e outros entes públicos	8	730 939,48	944 327,47
Outros créditos a receber	9	8 312 677,76	11 304 516,52
Diferimentos	10	0,00	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	11	2 355 734,54	3 895 360,13
		18 200 675,93	23 245 784,77
Total do Ativo		114 796 485,26	115 327 924,90
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	12	27 148 050,00	27 148 050,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	12.1	12 262 700,00	12 262 700,00
Prémios de emissão	12.1	4 313 347,00	4 313 347,00
Reservas legais	13	148 077,37	130 917,73
Outras reservas		13 762,56	13 762,56
Resultados transitados	14	296 258,25	-29 774,95
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / outras variações no Capital Próprio	15	25 558 133,82	34 389 445,35
Resultado líquido do período		703 148,24	343 192,84
Total do Capital Próprio		70 443 466,24	78 571 640,53

	Notas	31.dez.2024	31.dez.2023
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	1 347 967,21	647 451,18
Financiamentos obtidos	17	25 025 714,73	25 847 213,09
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	28	7 420 100,17	0,00
Outras dívidas a pagar	18	1 150 724,07	1 191 137,65
		34 944 506,18	27 685 801,92
Passivo corrente			
Fornecedores	19	6 428 587,36	6 197 120,96
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	304 036,04	97 250,76
Financiamentos obtidos	17	906 070,99	901 255,83
Outras dívidas a pagar	18	1 769 818,45	1 874 854,90
Diferimentos	10	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		9 408 512,84	9 070 482,45
Total do Passivo		44 353 019,02	36 756 284,37
Total do Capital Próprio e do Passivo		114 796 485,26	115 327 924,90

A Contabilista Certificada,

Armanda Rodrigues Chau

A Administração,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

B. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2024

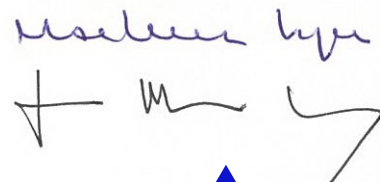
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.2024	31.dez.2023
Vendas e serviços prestados	20	18 271 803,78	16 973 553,21
Subsídios à exploração		120 589,26	0,00
Variação nos inventários da produção	21	2 813,13	1 067,40
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-3 827 819,27	-3 993 574,90
Fornecimentos e serviços externos	23	-6 570 000,29	-6 312 926,81
Gastos com o pessoal	24	-4 428 773,28	-3 978 998,96
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	6	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 e 9	-32 086,29	-125 798,90
Provisões (aumentos/reduções)	16	-700 516,03	-180 819,57
Outros rendimentos	25	1 386 044,76	923 211,31
Outros gastos	26	-347 250,54	-309 529,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 874 805,23	2 996 183,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-2 034 330,18	-1 823 146,93
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 840 475,05	1 173 036,37
Juros e rendimentos similares obtidos	29	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	29	-798 329,31	-632 093,91
Resultado antes de impostos		1 042 145,74	540 942,46
Imposto sobre o rendimento do período	30	-338 997,50	-197 749,62
Resultado líquido do período		703 148,24	343 192,84

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chau

A Administração,

C. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A

Demonstração Individual dos Resultados por Funções

Período findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31.dez.2024	31.dez.2023
Vendas e serviços prestados		18.271.803,78	16 973 553,21
Custos das vendas e dos serviços prestados		-14.736.770,60	-14 173 882,73
Resultado bruto		3.535.033,18	2 799 670,48
Outros rendimentos		1.509.447,15	923 211,31
Gastos de distribuição		-1.542.754,69	-1 086 437,98
Gastos administrativos		-1.314.000,06	-1 153 877,96
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-347.250,54	-309 529,48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.840.475,05	1 173 036,37
Gastos de financiamento (líquidos)		-798.329,31	-632 093,91
Resultados antes de impostos		1.042.145,74	540 942,46
Imposto sobre o rendimento do período		-338.997,50	-197 749,62
Resultado líquido do período		703.148,24	343 192,84

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chau

A Administração,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Handwritten signature and initials

D. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
 Período findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)


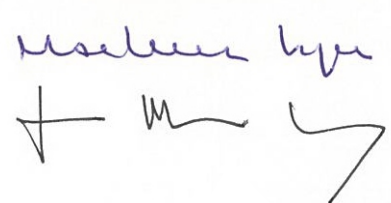
	Notas	31.dez.2024	31.dez.2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		25.347.712,96	21 810 309,46
Pagamentos a fornecedores		-14.213.690,58	-14 534 785,95
Pagamentos ao pessoal		-2.772.834,49	-2 508 144,05
Caixa gerada pelas operações		8.361.187,89	4 767 379,46
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-52.090,61	-512 810,55
Outros recebimentos/pagamentos		-3.361.280,77	-1 545 942,67
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		4.947.816,51	2 708 626,24
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-7.135.544,45	-23 080 676,44
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
		-7.135.544,45	-23 080 676,44
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		2.090.322,42	6 277 311,23
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
		2.090.322,42	6 277 311,23
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-5.045.222,03	-16 803 365,21

	Notas	31.dez.2024	31.dez.2023
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	10 000 000,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		0,00	10 000 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-695.570,25	-780 806,02
Juros e gastos similares		-746.649,82	-627 974,35
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		-1.442.220,07	-1 408 780,37
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-1.442.220,07	8 591 219,63
Varição de caixa e seus equivalentes 4=(1+2+3)		-1.539.625,59	-5 503 519,34
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 895 360,13	9 398 879,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 355 734,54	3 895 360,13

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chauz

A Administração,

E. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - PERÍODO DE 2024

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio - Período de 2024

(Valores expressos em euros)

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital								Total
	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no Início do Período 2024	27 148 050,00	12 262 700,00	4 313 347,00	130 917,73	13 762,56	-29 774,95	34 389 445,35	343 192,84	78 571 640,53
1	Notas								
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	17 159,64	0,00	326 033,20	-8 831 322,53	-343 192,84	-8 831 322,53
12.ª a 15.				17 159,64	0,00	326 033,20	-8 831 322,53	-343 192,84	-8 831 322,53
2									
Resultado Líquido do Período								703 148,24	703 148,24
3									
Resultado Integral								359 955,40	-8 128 174,29
4 = 2 + 3									

Handwritten signature and initials

F. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - PERÍODO DE 2023

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio - Período de 2023

(Valores expressos em euros)

Posição no Início do Período 2023	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Resultado Líquido do período	Total
	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio		
1	27 148 050,00	12 262 700,00	4 313 347,00	103 687,38	13 762,56	-547 151,58	33 756 318,95	544 606,98	77 595 321,29
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	27 230,35	0,00	517 376,63	633 126,40	-544 606,98	633 126,40
12 a 15									
2	0,00	0,00	0,00	27 230,35	0,00	517 376,63	633 126,40	-544 606,98	633 126,40
3									
3									
Resultado Líquido do Período									
3									
343 192,84									
Resultado Integral									
4 = 2 + 3									
-201 414,14									
976 319,24									

[Handwritten signature]

	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 = 1 + 2 + 3 + 5	27 148 050,00	12 262 700,00	4 313 347,00	130 917,73	13 762,56	-29 774,95	34 389 445,35	343 192,84	78 571 640,53

Posição no Fim do Período 2023

A Contabilista Certificada,

Armanda Rodrigues Charis

A Administração,

Armando
Armando
A M

ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024



Handwritten signature and initials in blue ink.

1. Nota introdutória

A Empresa Águas do Interior Norte, E.I.M., S. A. tem a sua sede na Avenida Rainha Santa Isabel, Concelho de Vila Real. A sua atividade principal é a distribuição de água e tem como atividades secundárias a drenagem e tratamento de esgotos nos Concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

As demonstrações financeiras são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração que assina o presente relatório declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborado em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Entidade. Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados encontram-se expressos em euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2024 as demonstrações financeiras da AdIN foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

Nos termos do n.º 3 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de “entidades” para efeitos de aplicação do SNC, a Entidade é considerada uma média entidade.

b) Pressuposto da continuidade

O órgão de gestão procedeu à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, o órgão de gestão concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.



Handwritten signature and initials in blue ink.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

i) Consistência na apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os *stakeholders*.

[Handwritten signature]
u.
↓

j) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

k) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

l) Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da AdIN são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A depreciação dos subsistemas integrados a título de entradas em espécie deverá ocorrer pelo período da delegação.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Handwritten signature and initials
u.
↓

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

Não aplicável.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, beneficiando do disposto do n.º 2 do artigo 87 do Código do IRC, designadamente a taxa de 17% sobre os primeiros €50.000 de matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.6. Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Handwritten signature and initials
u.
↓

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo método do custo amortizado, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo método do custo amortizado recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios líquidos do montante de imposto a pagar (conforme previsto na nota de enquadramento da conta 593-Subsídios), sendo posteriormente imputados na demonstração de

resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados..

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.12 Outros investimentos financeiros e outros ativos financeiros

Os instrumentos de capital próprio que representam menos de 20% do capital de uma empresa que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável são mensurados ao custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas e os instrumentos de capital próprio cotados num mercado ativo e cujo justo valor pode ser fiavelmente mensurado são reconhecidos ao justo valor através de resultados.

3.13 Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.14 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou

Handwritten signature and initials

mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.15 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem essencialmente salários, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, bem como seguros de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. O custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros é reconhecido não como uma distribuição do lucro líquido, mas como um gasto, sempre que se verifique uma obrigação presente construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados e possa ser feita uma estimativa fiável da obrigação.

3.16 Partes relacionadas

Os termos ou condições praticados entre a Entidade e Partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

3.17 Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica Caixa e seus equivalentes os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.



Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

Handwritten signature and initials
u.
↓

3.18 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão atenderam ao melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, inventários e ativos fixos tangíveis;
- iii) estimativas de férias e subsídios de férias a liquidar em 2025;
- iv) análises do desfecho de processos judiciais em curso.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

3.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no presente Anexo.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Órgão de Gestão da Entidade baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.20 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Handwritten signature and initials

Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2023 e 2024 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2023					
	Saldo em 01-jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2023
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	193 301,68	0,00	0,00	0,00	0,00	193 301,68
Edifícios e outras construções	63 533 969,74	269 596,03	0,00	9 986 953,93	0,00	73 790 519,70
Equipamento básico	1 625 854,64	467 871,60	-123 165,29	0,00	0,00	1 970 560,95
Equipamento de transporte	564 036,18	84 849,03	0,00	0,00	0,00	648 885,21
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	409 746,81	26 222,74	0,00	0,00	0,00	435 969,55
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
Investimentos em curso	24 394 202,91	21 042 318,19	0,00	-9 986 953,93	0,00	35 449 567,17
	<u>90 722 547,75</u>	<u>21 890 857,59</u>	<u>-123 165,29</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>112 490 240,05</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	16 947 284,76	1 526 317,27	0,00	0,00	0,00	18 473 602,03
Equipamento básico	1 043 895,06	152 671,02	-123 165,29	0,00	0,00	1 073 400,79
Equipamento de transporte	447 710,84	95 619,11	0,00	0,00	0,00	543 329,95
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	316 085,10	48 539,53	0,00	0,00	0,00	364 624,63
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
	<u>18 756 411,55</u>	<u>1 823 146,93</u>	<u>-123 165,29</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>20 456 393,19</u>
	31 de dezembro de 2024					
	Saldo em 01-jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2024
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	193 301,68	25,00	0,00	10 649,99	0,00	203 976,67
Edifícios e outras construções	73 790 519,70	496 881,79	0,00	18 938 973,00	0,00	93 226 374,49
Equipamento básico	1 970 560,95	144 104,29	-119 642,66	0,00	0,00	1 995 022,58
Equipamento de transporte	648 885,21	361 977,03	0,00	0,00	0,00	1 010 862,24
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	435 969,55	39 413,89	0,00	0,00	0,00	475 383,44
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
Investimentos em curso	35 449 567,17	5 505 597,38	0,00	-18 949 622,99	0,00	22 005 541,56
	<u>112 490 240,05</u>	<u>6 547 999,38</u>	<u>-119 642,66</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>118 918 596,77</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	18 473 602,03	1 753 626,72	0,00	0,00	0,00	20 227 228,75
Equipamento básico	1 073 400,79	175 922,39	-119 642,66	0,00	0,00	1 129 680,52
Equipamento de transporte	543 329,95	74 244,58	0,00	0,00	0,00	617 574,53
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	364 624,63	30 536,49	0,00	0,00	0,00	395 161,12
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
	<u>20 456 393,19</u>	<u>2 034 330,18</u>	<u>-119 642,66</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>22 371 080,71</u>

Handwritten signature and initials

Nota 5 - Outros ativos financeiros

O valor registado nesta rubrica refere-se ao Fundo de Compensação.

Nota 6 - Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	566.883,56	521 862,80
Produtos acabados	11.569,46	8 756,33
Obras em curso		
	578 453,02	530 619,13
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	578 453,02	530 619,13

O valor registado corresponde ao stock em armazém existente a 31.12.2024.

Nota 7 - Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	0,00	6 222 871,13	0,00	6 570 961,52
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	1 478 396,12	0,00	1 446 309,83
	0,00	7 701 267,25	0,00	8 017 271,35
Perdas por imparidade acumuladas		-1 478 396,12		-1 446 309,83
	0,00	6 222 871,13	0,00	6 570 961,52

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	6 222 871,13	0,00	6 570 961,52	0,00
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	1 478 396,12	0,00	1 446 309,83	0,00
	7 701 267,25	0,00	8 017 271,35	0,00

Handwritten signature and initials

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-dez-2024	31-dez-2023
Saldo a 1 de janeiro	1.446.309,83	1.320.510,93
Aumento	32.086,29	125.798,90
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo a 31 de dezembro	<u><u>1.478.396,12</u></u>	<u><u>1.446.309,83</u></u>

As imparidades foram constituídas de acordo com os limites fiscais previstos na Lei.

Nota 8 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresenta os seguintes saldos:

	31-Dez-2024	31-Dez-2023
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	42 637,38
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	730 939,48	901 690,09
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u><u>730 909,48</u></u>	<u><u>944 327,47</u></u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	196 905,50	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	22 902,46	21 266,00
Segurança Social/Caixa G. Apos/ADSE	83 798,22	75 524,48
Outros impostos e taxas	429,86	460,28
	<u><u>304 036,04</u></u>	<u><u>97 250,76</u></u>

Nota 9 - Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	8 312 677,76	0,00	11 304 516,52
	<u><u>0,00</u></u>	<u><u>8 312 677,76</u></u>	<u><u>0,00</u></u>	<u><u>11 304 516,52</u></u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u><u>0,00</u></u>	<u><u>8 312 677,76</u></u>	<u><u>0,00</u></u>	<u><u>11 304 516,52</u></u>

A EMARVR tinha como atividades o abastecimento de água, drenagem de águas residuais e a gestão dos resíduos urbanos. No âmbito do processo de fusão com a AdIN foi necessário internalizar no Município de Vila Real a atividade dos resíduos e atividade de abastecimento "em alta", bem como os ativos

Handwritten signature and initials

inerentes a esta atividade. Desta operação resultou um crédito favor da empresa no valor de 3 150 904,10€.

Nesta rubrica está registado o valor dos tarifários de ajustamento ainda em dívida por parte dos Municípios, no valor de 254 947,23€. Inclui ainda 73 170,40€ referente à faturação aos Municípios do serviço de gestão do contrato de resíduos.

Esta rubrica inclui também a especialização dos consumos de dezembro, apenas faturados em janeiro de 2024 (1 977 817,30€).

A AdIN contratualizou com o POSEUR um montante de comparticipação de 21 088 366,73€, tendo já recebido 18 292 570,18€. Assim, existe um montante de 2 795 796,55€ a receber, os quais estão registados nesta rubrica.

Nota 10 - Diferimentos

Não aplicável.

Nota 11 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os saldos desta rubrica apresentavam-se:

	<u>31-dez-2024</u>	<u>31-dez-2023</u>
Caixa	10 845,62	7 038,95
Depósitos à ordem	2 344 888,48	3 888 320,74
Depósitos a prazo	0,44	0,44
Outras	0,00	0,00
	<u><u>2 355 734,54</u></u>	<u><u>3 895 360,13</u></u>

Nota 12 - Capital subscrito

No presente exercício não se realizaram alterações ao Capital Subscrito.

Nota 12.1 – Prestações Suplementares e Prémios de emissão

No presente exercício não se registaram alterações nesta rubrica.

Nota 13 - Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

O movimento ocorrido em 2024 refere-se ao reforço de 5% dos resultados do período de 2023.

Handwritten signature and initials

Nota 14 - Resultados transitados

A variação ocorrida relativamente ao ano 2023 decorre da aplicação do resultado líquido obtido nesse período.

Nota 15 - Outras variações nos capitais próprios

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o saldo desta rubrica apresentava-se:

	<u>31-dez-2024</u>	<u>31-dez-2023</u>
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00
Subsídios	25 558 122,82	34 389 445,35
Doações	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
	<u><u>25 558 122,82</u></u>	<u><u>34 389 445,35</u></u>

A AdIN contratualizou com o POSEUR um montante de comparticipação de 21.088.366,73€, os quais estão registados nesta rubrica.

Nota 16 - Provisões

As provisões para riscos e encargos propostas respeitam à faturação aos Municípios de Freixo de Espada à Cinta e de Torre de Moncorvo da perda de rendimentos ocorrida pela não integração de alguns sistemas, atualmente geridos por Juntas de Freguesias. É entendimento da Administração que não havendo certeza quanto ao desfecho do processo será prudente dividir o risco por ambas as entidades. De acordo com este critério, em 2024 as provisões para esta classe foram reforçadas em 350.516,03€, totalizando um valor acumulado de 997.967,21€.

A Entidade detém processos em contencioso. Entendeu o Conselho de Administração por prudência constituir 350.000,00€ de provisões para processos judiciais em curso.

Descrição	No Início do Período	Reforço	Redução	No Final do Período
Faturação por perda de rendimento	647.451,18	350.516,03	0,00	997.967,21
Processos em contencioso	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
	<u><u>647.451,18</u></u>	<u><u>700.516,03</u></u>	<u><u>0,00</u></u>	<u><u>1.347.967,21</u></u>

Nota 17 - Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	25 025 714,73	906 070,99	25 847 213,09	901 255,83
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários contratados	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
	25 025 714,73	906 070,99	25 847 213,09	901 255,83

O valor desta rubrica está discriminado na tabela seguinte:

Descrição	Maturidade	Taxa de juro	Montante	Início	Fim	Montante em dívida a 31-dez-2024
Santander 2018	10 anos	1,2% + Euribor a 6 meses	3 000 000,00	2018	2028	1 176 009,77
Caixa Agrícola 2019	15 anos	0,85% + Euribor 6 meses	4 200 000,00	2019	2034	2 885 389,43
Caixa Agrícola 2020	10 anos	0,85% + Euribor 6 meses	3 000 000,00	2020	2030	1 870 386,52
1.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	1,10%	5 000 000,00	2021	2046	5 000 000,00
2.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	3,42%	5 000 000,00	2022	2047	5 000 000,00
3.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	3,89%	5 000 000,00	2023	2048	5 000 000,00
4.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	4,03%	5 000 000,00	2023	2038	5 000 000,00
						25.931.785,72

Nota 18 - Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Detalhe 1	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhe 2	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	1 150 724,07	1 769 818,45	1 191 137,65	1 874 854,90
	1 150 724,07	1 769 818,45	1 191 137,65	1 874 854,90

O valor de 1 150 724,07€ respeita a retenções de cauções.

O valor de 1 769 818,45€ respeita a dívida de fornecedores de investimentos, a credores por acréscimos de gastos, ao pessoal (remunerações a pagar) e a outros devedores e credores.

Nota 19 - Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica de "Fornecedores" tinha a seguinte composição.

	31-dez-2024	31-dez-2023
Fornecedores conta corrente	6 428 587,36	6 197 120,96
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores receção e conferência	0,00	0,00
Fornecedores outros	0,00	0,00
	6 428 587,36	6 197 120,96

O valor registado em fornecedores conta corrente corresponde maioritariamente ao valor a entregar aos municípios referentes à faturação do serviço de resíduos.

Nota 20 - Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados nos períodos de 2024 e de 2023 foram como segue:

	31-dez-2024			31-dez-2023		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	5 551 819,78	0,00	5 551 819,78	5 292 415,63	0,00	5 292 415,63
Serviços prestados	12 719 984,00	0,00	12 719 984,00	11 681 137,58	0,00	11 681 137,58
	18 271 803,78	0,00	18 271 803,78	16 973 553,21	0,00	16 973 553,21

Estes valores correspondem ao volume de negócios e advêm essencialmente da faturação de tarifas fixas e variáveis dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

Nota 21 - Variação da produção

A demonstração da variação da produção, ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi como segue:

	31-dez-2024			31-dez-2023		
	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo em 1 de janeiro	8 756,33	0,00	8 756,33	7 688,93	0,00	7 688,93
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final em 31 de dezembro	11 569,46	0,00	11 569,46	8 756,33	0,00	8 756,33
Variação da produção	2 813,13	0,00	2 813,13	1 067,40	0,00	1 067,40

Nota 22 - Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é detalhado como segue:

	31-dez-2024			31-dez-2023		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	521 862,80	0,00	521 862,80	413 413,94	0,00	413 413,94

Handwritten signature and initials

Regularizações	-163 549,45	0,00	-163 549,45	-222 754,93	0,00	-222 754,93
Compras	232 916,54	3 803 472,94	4 036 389,48	369 098,25	3 955 680,44	4 324 778,69
Saldo final em 31 de dezembro	566 883,56	0,00	566 883,56	521 862,80	0,00	521 862,80
Custo das Vendas	24 346,33	3 803 472,94	-3 827 819,27	37 894,46	3 955 680,44	-3 993 574,90

O valor mais significativo do apuramento do custo das mercadorias e matérias consumidas respeita à compra de água (3 803 472,94€).

Nota 23 - Fornecimentos e serviços externos

A repartição de fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Subcontratos	-3 427 927,07	-3 136 805,19
Serviços especializados	-1 747 628,48	-1 715 645,86
Materiais	-31 306,72	-38 335,58
Energia e fluídos	-490 824,47	-502 000,46
Deslocações, estadas e transportes	-91 112,62	-211 066,72
Serviços diversos	-781 200,93	-709 073,00
	-6 570 000,29	-6 312 926,81

O valor mais expressivo (subcontratos) corresponde essencialmente:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Tratamento de águas residuais (Águas do Norte, S.A.)	-3 427 927,07	-3 136 805,19

Nota 24 - Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi o seguinte:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	-3 453 458,48	-3 050 235,21
Benefícios pós-emprego	-7 198,80	-8 784,21
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	-795 783,88	-788 515,81
Seguros	-70 979,70	-46 831,05
Gastos de ação social	-23 122,32	-23 189,61
Outros gastos com pessoal	-78 230,10	-61 443,07
	-4 428 773,28	-3 978 998,96

Handwritten signature and initials

Nota 25 - Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

	<u>31-dez-2024</u>	<u>31-dez-2023</u>
Rendimentos suplementares	340 380,32	355 791,60
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	8 329,66	15 747,50
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	12 342,60	12 195,00
Outros rendimentos	<u>1 024 992,18</u>	<u>539 477,21</u>
	<u>1 386 044,76</u>	<u>923 211,31</u>

O valor de 340 380,32€ respeita essencialmente à Gestão de Contratos de Resíduos.

Relativamente aos outros rendimentos, salienta-se que os mesmos provêm da imputação dos subsídios para investimento definido na NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, e a taxas de recursos hídricos de água e águas residuais a entregar à Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota 26 - Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

	<u>31-dez-2024</u>	<u>31-dez-2023</u>
Impostos	-326 321,37	-283 655,43
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos	<u>-20 929,17</u>	<u>-25 874,05</u>
	<u>-347 250,54</u>	<u>-309 529,48</u>

O valor do “Impostos” corresponde mormente a taxas de recursos hídricos de água e águas residuais faturadas pela Águas do Norte, SA.

Nota 27 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-dez-2024			31-dez-2023		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	-2 034 330,18	0,00	-2 034 330,18	-1 823 146,93	0,00	-1 823 146,93
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-2 034 330,18	0,00	-2 034 330,18	-1 823 146,93	0,00	-1 823 146,93

A depreciação de um bem de acordo com a NCRF 7 - Ativos fixos tangíveis respeita à “imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo durante a sua vida útil”. Desta forma, estaremos a correlacionar os gastos do uso de um ativo com os rendimentos que ele gera, bem como a imputar a cada exercício o custo correspondente ao investimento realizado.

Nota 28 - Passivos por impostos diferidos

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos. Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme a NCRF 22.

Nota 29 - Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2024 e de 2023, tinham a seguinte composição:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-798 329,31	-632 093,91
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	-798 329,31	-632 093,91
Resultados financeiros	-798 329,31	-632 093,91

Nota 30- Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é constituído por:

Coleta	290 458,97
Derrama Municipal	20 889,93
Tributações Autónomas	27 648,60
Crédito fiscal ao investimento	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	338 997,50
Deduções de pagamentos especiais por conta	0,00
Deduções de pagamentos por conta	- 142 092,00
Retenções na fonte	0,00
Total do imposto a pagar	196 905,50

Nota 31 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

A manutenção da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o novo conflito de Israel com a Palestina em Gaza reforça o clima de instabilidade nos mercados mundiais vivido há anos a esta parte com repercussões nos preços das matérias primas que pode trazer impactos no mercado nacional, nomeadamente nos preços da energia e combustíveis, mas sem efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Nota 32 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações se encontram regularizadas, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos do art.º 66.º-A do CSC, divulga-se que no âmbito das suas funções de Revisor Oficial de Contas (ROC) foram faturados honorários no valor de 14 520,00€ (IVA não incluído), respeitantes exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chaves

A Administração,

Amândio
Resolvido
Amândio

[Handwritten signature]
u.
↓

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



آب
شیرین



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M, S.A. (Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Relatório

1. No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa e averiguamos a observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos, através de contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.
2. Procedemos à análise da informação contabilística produzida, tendo sido efetuados os procedimentos e verificações adequados.
3. Emitimos nos termos do art.º 451º do Código das Sociedades Comerciais a Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases, que fica a fazer parte integrante deste relatório para os devidos efeitos legais.
4. Apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente o Relatório de gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras, apresentados pela Administração, sendo nossa convicção que são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.
5. Na sequência do disposto no n.º 2 do art.º 54.º do RJSPE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tendo a Entidade apresentado o seu relatório de boas práticas de governo societário, aferimos o cumprimento das exigências previstas naquele diploma legal, do qual consta informação anual e completa sobre todas as matérias reguladas no respetivo Capítulo II.



Handwritten signature
u.
↓

Parecer

Nestes termos, considerando as análises e trabalhos efetuados, somos do parecer que:

- a) Seja aprovado o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do Relatório de gestão.

Porto, 31 de março de 2025



Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda.
*Inscrita na OROC sob o n.º 345 e CMVM 20210025, representada por
Fernando Virgílio da Cruz Cabral Macedo, ROC n.º 959 (Sócio-Gerente)*

[Handwritten signature]
u.
↓

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



مکتبہ
بیت
۷

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 114.796.485,26 euros e um total de capital próprio de 70.443.466,24 euros, incluindo um resultado líquido de 703.148,24 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al e), do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 31 de março de 2025

O Fiscal Único



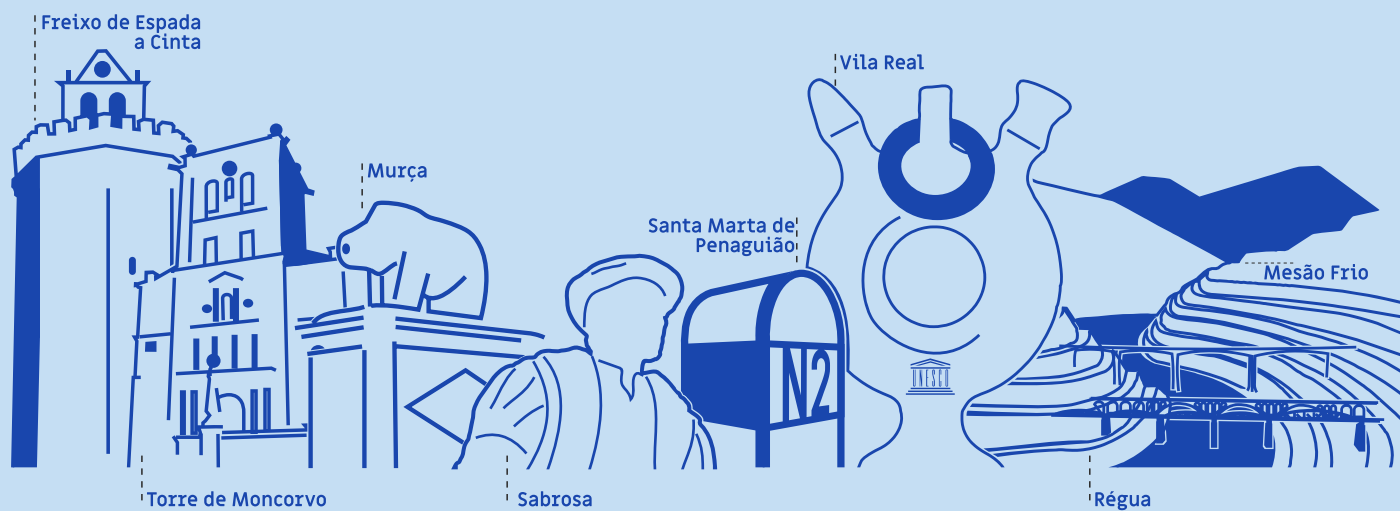
Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda.
*Inscrita na OROC sob o n.º 345 e CMVM 20210025, representada por
Fernando Virgílio da Cruz Cabral Macedo, ROC n.º 959 (Sócio-Gerente)*





Águas

do interior norte



A água que nos liga...